

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÃO

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição de CAMISA POLO, CAMISETA BÁSICA, JAQUETA EM POLIÉSTER, COTURNO EM COURO E LONA, COLETES INSTITUCIONAIS E CALÇA EM RIP STOP, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Defesa Civil, conforme modelo anexado com suas especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Defesa Civil
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, Lei 10.520/2002 c/c Lei 8.666/93; Decreto federal 10024/19 e Decreto municipal 599/20
1.4	Período:	imediato
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei nº. 8.666/93;

#### 2. DA AQUISIÇÃO:

2.1 Abaixo demonstramos detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como o número de itens e o respectivo quantitativo:

##### 2.1.2- CAMISAS POLO INSTITUCIONAIS:

QUANTITATIVO: 40 peças

Camisa polo institucionais em malha Piquet na cor laranja, com gola e punho em poliéster, emblema da defesa civil bordado com 6,5 cm de comprimento e 5,0 cm de largura localizado do lado superior esquerdo na altura do peito,

Tamanho	P	M	G	GG	XG	XXG	TOTAL
Qtd.	3	6	7	8	8	8	40

##### 2.1.3 - CAMISAS POLO INSTITUCIONAIS:

QUANTITATIVO: 40 peças

Camisa polo institucionais em malha Piquet na cor azul marinho, com gola e punho em poliéster, emblema da defesa civil bordado com 6,5 cm de comprimento e 5,0 cm de largura localizado do lado superior esquerdo na altura do peito.

Tamanho	P	M	G	GG	XG	XXG	TOTAL
Qtd.	3	6	7	8	8	8	40

**2.1.4- CAMISETAS INSTITUCIONAIS:**QUANTITATIVO: 80 peças

Camiseta básica institucionais em Malha algodão, meia manga com barras. Fio 30.1 penteado, Cor: Laranja Gola: na cor azul marinho, emblema da defesa civil bordado com 6,5 cm de comprimento e 5,0 cm de largura localizado do lado superior esquerdo na altura do peito.

Tamanho	P	M	G	GG	XG	XXG	TOTAL
Qtd.	6	12	14	16	16	16	80

**2.1.6- JAQUETAS EM POLIÉSTER INSTITUCIONAIS,**QUANTITATIVO: 40 peças

Jaqueta de poliéster institucionais, na cor laranja e azul marinho, contendo faixa refletiva dividindo as cores na altura do peito, com zíper e capuz, confeccionado de 100% poliéster, a prova d'água, revestimento interno, fechamento com zíper resistente a água, punho com elásticos e bolsos laterais,

Tamanho	P	M	G	GG	XG	XXG	TOTAL
Qtd.	3	6	7	8	8	8	40

**2.1.7- COTURNO DE COURO E LONA;**QUANTITATIVO: 30 peças

Coturno em couro e lona, padrão Exército Brasileiro, acolchoado internamente, com exceção ao cano. Zíper protegido na lateral interna do cano. Cabedal: Semicromo/Lona Cor: Preto/Preto-SL01 Borracha Zíper lateral.

Tamanho	39	40	41	42	43	44	45	TOTAL
Qtd.	2	8	8	5	3	2	2	30

**2.1.1- COLETES INSTITUCIONAIS;**QUANTITATIVO: 50 peças.

COLETES INSTITUCIONAIS em tecido do tipo Unilester 0210, na cor laranja e azul marinho, referência Santista ou similar; Composição: 67% Pés / 33%

Algodão. Cor: Laranja após a linha inferior do bolso superior e azul marinho , inferior ao bolso superior, Gola com 5,0 cm de largura na cor azul marinho.

**Detalhes da frente:** Abertura em zíper reforçado na cor azul marinho; Bolso frontal retangular do lado direito e esquerdo, na altura do peito, com aba com fechamento em velcro (o tamanho do bolso deverá atender a proporcionalidade em relação as medidas dos coletes, seguindo padrões do modelo apresentado); Fita em velcro áspero fixada acima dos bolsos superiores direito e esquerdo, com 11 cm de comprimento e 2 cm de largura, contendo tarjeta na cor laranja , confeccionada no mesmo tecido do colete, bordadas na cor azul marinho, com o nome do servidor e na cor vermelha o tipo sanguíneo do mesmo. Emblema da defesa civil, bordado com 6,5 cm de comprimento e 5,0 cm de largura, localizado no bolso superior esquerdo, na altura do peito; emblema do município, bordado, medindo 8,0 cm de comprimento e 7,0 de largura, localizado no bolso superior direito; Dois bolsos independentes, um em cada lado, abaixo da linha de cintura, com fechamento em velcro sobre os 2 bolsos;

**Detalhes das costas:** Na parte superior do colete, deverá ser silkado a inscrição "DEFESA CIVIL" em semicírculo na cor azul marinho , dentro do semicírculo deverá ser silkado a inscrição "NOVA FRIBURGO- RJ", também na cor azul marinho; Faixa refletiva na costura que separa as cores, de aproximadamente 2,0 cm até a costura que divide a parte frontal, da parte traseira do colete.

Tamanho	P	M	G	GG	XG	XXG	TOTAL
Qtd.	4	6	10	12	12	6	50

## 2.1.5- CALÇA EM RIP STOP:

QUANTITATIVO: 30 peças

Calça em Rip stop na cor azul marinho, nos tamanhos, 38,40,42,44,46,e 48, composição 30% poliéster e 70% algodão, com 02 bolsos laterais, um de cada lado, verticais retos embutidos, com 17 cm de abertura e 27 cm de profundidade (Medidas considerada em média, devendo ser observada a proporcionalidade das numerações), inclinado em relação às costuras laterais, iniciando junto a costurado cóis; 02 bolsos traseiros, com 16 cm de abertura e 17 cm de profundidade.

Tamanho	38	40	42	44	46	48	TOTAL
Qtd.	3	7	7	7	3	3	30

## 2.2 -DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.2.1 Trata-se de processo para aquisição de uniformes para os Servidores de Defesa Civil, para que de início, apresentem-se ao público de forma padronizada e ostentando um uniforme adequado ao tipo de serviço a ser prestado, bem como

às condições em que será realizado, considerando que o servidor uniformizado é a face mais tangível da presença da Prefeitura nos espaços de convivência pública. Desta forma, dotar os servidores da Defesa Civil Municipal de um uniforme com as características acima referidas é uma medida indispensável para a implantação do modelo baseado na aproximação entre o profissional e a comunidade. Assim o cidadão poderá identificar facilmente o servidor da Defesa Civil Municipal como alguém pronto e capacitado a servi-lo. A aquisição dos itens relacionados, se faz necessária, para fins de adequação e padronização, tendo em vista que a última aquisição de uniformes por esta Secretaria, foi feita há mais de 3(três) anos, já estando os mesmos bastante desgastados, o que influencia na apresentação dos servidores. A quantidade a ser adquirida foi definida em razão do número de servidores que serão beneficiados, considerando suas funções operacionais e as necessidades específicas. O quantitativo de servidores, considerado para elaboração do presente termo de Referência, consta os atuais 30 (trinta) servidores lotados nesta secretaria, sendo até 2 (duas) unidades de cada item para cada servidor.

### 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

3.2 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos;

3.3 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

5.1.1	Elemento de Despesa:	3.3.90.30-06
5.1.2	Fonte de Recurso:	01
5.1.2	Programa de Trabalho:	16.001.041220001.2002

4.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de:

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23,  
ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA  
FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

## 5. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

5.1 Antes da adjudicação a Secretaria Municipal de Defesa Civil se reserva o direito de solicitar amostra (s) do (s) produtos ofertados, a fim de garantir sua qualidade;

5.2 A amostra deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

5.3 O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 03 (três) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública;

5.4 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente;

5.5 A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

## 6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

6.1 O fornecimento será efetuado no endereço abaixo, no caso de fornecedores diversos, poderá a entrega ser feita em separado por cada um dos fornecedores com prazo de entrega não superior a 30 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho (ou assinatura do contrato, se for o caso):

Nome do requisitante:	Secretaria Municipal de Defesa Civil
Endereço:	Av. Alberto Braune, 225 - Centro - Nova Friburgo - RJ
Horário de entrega:	Segunda a sexta-feira, das 08h às 17h.

6.2 Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

6.3 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta,

devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

6.4 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;

6.5 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

6.6 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## 7. DA LIQUIDAÇÃO

7.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

## 8. DO PAGAMENTO

8.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

8.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

8.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.1 Fiscalizar a aquisição, através de profissional designado para este fim, recebendo o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, seus anexos e neste Termo de Referência;

9.1.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da aquisição;

9.1.4 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

9.1.5 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.6 Aplicar as penalidades constantes no item da Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA;

9.1.7 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido

9.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.9 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

9.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente aquisição,

9.1.11 como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

10.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva NOTA FISCAL ELETRÔNICA, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia e/ou validade;

10.1.2 O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em



português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.5 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 72 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.6 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7 Manter preposto aceito pela Administração da Secretaria Municipal de Defesa Civil, para representá-la na execução do Contrato;

10.1.8 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

10.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

10.1.10 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do

10.1.11 Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria de Defesa Civil.

## 11. MEDIDAS ACAUTELADORAS

11.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

## 12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO



13.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

13.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

NOME	MATRICULA	GESTOR / FISCAL
Luiz Carlos Pereira de Freitas	207.038	Gestor titular
Roosevelt Raphael B. Da Silva	100.233	Gestor substituto
Kelly Amorim Guerra	100.498	Fiscal titular
Alexandre Sanglard	207.632	Fiscal substituto

13.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

13.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição;

13.5 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93.

14.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

- Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- Apresentar documentação falsa;
- Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Não mantiver a proposta;
- Cometer fraude fiscal;
- Comportar-se de modo inidôneo;

14.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP,

ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

14.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

14.3.1 Advertência;

14.3.2 Multa:

14.3.2.1 compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

14.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

14.3.2.3 moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.3.2.4 moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

14.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

14.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

14.4 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

14.5 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

14.6 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

## 15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 16. DA RESCISÃO

16.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Defesa Civil o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;

16.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

16.2.1 Atraso na entrega do objeto, sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Defesa Civil.

16.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Defesa Civil.

16.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

Nova Friburgo/RJ, 02 de fevereiro de 2021.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> <b>Luiz Carlos Pereira de Freitas</b> Mat: 207.038	<hr/> <b>Kelly Amorim Guerra</b> Mat: 100.498

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo

---

**Evi Gomes da Silva**  
Secretário Municipal de Defesa Civil  
Matr.: 62.014